

Cid responde às acusações de Serra sobre o Orçamento

28 NOV 1989

Jorge Cardoso

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho, rebateu ontem duramente, as acusações que tem recebido do deputado José Serra (PSDB-SP), de que a comissão estaria "criando do nada" receitas para atender a novas despesas sugeridas pelos parlamentares para os orçamentos federais de 1990.

Segundo Cid Carvalho, "estão querendo criar uma tempestade em copo d'água e difundindo a falácia de que o Congresso quer torpedear o orçamento. Atitudes dessa natureza revelam, na verdade, uma busca de prestígio por parte de quem assim nos critica e que está, na verdade, de olho nos futuros gabinetes, ou mesmo em ser o próximo ministro da Fazenda".

A polêmica toda, sugerida na Comissão de Orçamento, está em torno da criação de uma programação especial no Orçamento Fiscal de 1990, no valor equivalente a US\$ 1 bilhão, para atender a programas prioritários escolhidos entre as 10 mil emendas, aprovado na comissão por sugestão do relator-geral, deputado Eraldo Tinoco. Os recursos para cobrir as novas despesas desse programa seriam provenientes de uma economia compulsória de recursos no orçamento de 1990, surgida a partir da imposição de um redutor de correção monetária que vai de 10% a 2% ao longo do próximo ano. Isso significa que um setor que teria de receber uma dotação de NCz\$ 100 milhões, corrigida por uma inflação de 40% num determinado mês, portanto, NCz\$ 140 milhões, receberia, na verdade, NCz\$ 130 milhões, por causa do redutor.

Economia

O governo ficaria, então, com



Cid acha ataque oportunista

NCz\$ 10 milhões em disponibilidade. Como o redutor será aplicado indiscriminadamente para todos os setores, ele terá de gerar uma economia de recursos. O relator-geral da Comissão estima que essa economia de recursos é de aproximadamente US\$ 2 bilhões, e sustenta essa previsão a partir de várias hipóteses de comportamento de inflação descendente para 1990, saindo de 40% ao mês para fechar o ano ao redor de 3%.

O que a Comissão quer — e aprovou por maioria — foi a apropriação de metade dos recursos gerados por essa economia compulsória de recursos para o fortalecimento de projetos prioritários, segundo a visão dos parlamentares. Ocorre que a Seplan, responsável pela elaboração dos orçamentos, que iria deixar esta margem de fle-

xibilidade para o atendimento de novas prioridades ditadas pelo próximo governo.

Para Cid Carvalho, contudo, a Comissão Mista de Orçamento "não pode jogar na lata de lixo as 10 mil emendas que recebeu dos parlamentares, sugerindo remanejamento de recursos e elegendando novas prioridades". Ele explica, ainda, que a programação especial é, na verdade, uma indicação de gastos para o executivo, que se não concordar com ela, pode não executá-la, propondo novas aplicações e encaminhando-as à apreciação do Congresso.

Prioridades

O relator-geral da Comissão, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), garante que a solução que encontrou para abrigar US\$ 1 bilhão em novas prioridades não é inconstitucional. "O que nós não podemos fazer é criar despesa sem receita. Mas as receitas existem e foram criadas quando a Seplan criou o redutor. São cortes de todas as áreas, cujos recursos serão repassados para setores considerados prioritários pelo Congresso", afirma. Tinoco não acredita na possibilidade de veto presidencial à programação especial criada pela Comissão.

Para o presidente da Comissão, Cid Carvalho, o Congresso vem agindo no sentido de dotar o Orçamento de 90 da maior flexibilidade possível. "Não penso que este Orçamento, feito por um governo sem nenhuma credibilidade, seja um guia para traçar a grande avenida que a Nação espera". Diz ainda Carvalho que o Congresso não poderia simplesmente receber esse Orçamento sem questionar suas prioridades e sem fazer nele uma abertura para o atendimento das principais reivindicações da sociedade.